

## **O AXÉ E O LUGAR DA MEMÓRIA:**

### **A constituição de um Museu Comunitário num terreiro de candomblé de Aracaju**

Janaina Couvo Teixeira Maia de Aguiar<sup>1</sup>

**Resumo:** Este trabalho apresenta uma análise sobre os espaços de memória em terreiros de candomblé, a partir da experiência em Aracaju do Memorial Mãe Nanã, apresentando uma proposta de repensar a expografia do lugar, trazendo a ideia de Museu Comunitário. A partir de uma discussão conceitual sobre o Museu Comunitário, com base nas declarações de Santiago do Chile (1972), Quebec (1984) e Caracas (1992), interagindo com as análises dos estudos sobre o tema, objetivando fazer uma reflexão sobre a importância desses espaços em que a sua concepção e gestão é construída em conjunto com a comunidade. Assim, o estudo demonstra a relevância dos Museus Comunitários em terreiros de candomblé, enquanto um caminho para salvaguardar a memória e os elementos fundamentais para a construção da identidade religiosa da comunidade.

**Palavras-chave:** Museus Comunitários, Candomblé, Identidade.

## **INTRODUÇÃO**

As décadas de 1980 e 1990 foram marcadas pela presença de algumas iniciativas voltadas à criação de espaços de memória em terreiros de candomblé<sup>2</sup>, o que representou um importante passo para o processo de salvaguarda da memória das religiões afro-brasileiras em várias partes do país. As produções sobre estes espaços ainda são muito escassas, porém as existentes apresentam uma reflexão muito centrada nos relatos de experiência, expondo a história e a formação desses espaços.

Com isso, percebe-se que existe uma ausência de discussões mais elaboradas e até mesmo um olhar centrado na funcionalidade técnica desses espaços, enquanto resultantes de ações comunitárias. Acreditamos que propor uma reflexão teórica, com enfoque na relação entre o surgimento desses espaços e o envolvimento da comunidade

---

<sup>1</sup>Faculdade Serigy/UNIRB. janainacouvo@gmail.com.

<sup>2</sup> Em 1982 é criado o Museu Ilê Ohum Lailai (casa das coisas antigas), pelo Ilê Axé Opô Afonjá, em Salvador, primeiro espaço de memória em terreiros de candomblé. A partir deste ano outras iniciativas surgiram: em 1988 o Memorial Mãe Nanã, pelo Abaça São Jorge, em Aracaju; em 1992 o Memorial Mãe Menininha do Gantois, pelo terreiro Gantois, em Salvador; em 1993 o Memorial Severina Paraíso da Silva, pelo Terreiro Xambá do Portão do Gelo, em Olinda; em 1994 o Memorial Lajuomim, pelo Terreiro Pilão de Prata, em Salvador; em 1997 o Memorial Iyá Davina, pelo Ilê Omulu Oxum, no Rio de Janeiro; entre outros.

religiosa, neste processo, contribuirá para o amadurecimento do processo de constituição e funcionamento dos museus comunitários e/ou memoriais.

Desta forma, para a compreensão dos espaços de memória, em terreiros de candomblé, existe a necessidade de se discutir sobre o conceito de Museu Comunitário. Trata-se de um conceito importante na atualidade em que comunidades se reúnem para organizar espaços voltados para a guarda da memória do grupo. Três documentos são fundamentais para a formulação desse conceito: a Declaração de Santiago do Chile (1972), a Declaração de Caracas (1984) e a Declaração de Quebec (1992).

Estes apresentam as principais ideias que estão na base da construção desse conceito, pois refletem os questionamentos dos estudiosos a partir de reflexões baseadas nas transformações da sociedade contemporânea e seus reflexos no campo da Museologia.

Segundo Huges de Varine, “o museu comunitário trabalha para o presente e para o futuro de um território e de uma comunidade a partir de seu próprio patrimônio” (VARINE, 2005, p. 4), que deve ser reconhecido pelo grupo a qual representa, tendo características que o colocam, enquanto dinâmico, vivo e em constante transformação.

Sendo assim, entende-se por museu comunitário uma ação que

(...) nasce da iniciativa de um coletivo, não para exibir a realidade do outro, mas para defender a própria. É uma instância onde os membros da comunidade livremente doam objetos patrimoniais e criam um espaço de memória. Em um museu comunitário o objeto não é o valor predominante, mas sim a memória que se fortalece ao recriar e reinterpretar as histórias significativas. (OCAMPO, LERSH, 2009, p. 8)

Assim, este trabalho está voltado a analisar o Memorial Mãe Nanã, localizado no Abaá São Jorge, terreiro tradicional de Aracaju. O desejo de constituir um memorial faz com que a comunidade reúna, no final da década de 1980, um conjunto de peças pertencentes à sua fundadora Erundina Nobre Santos. No entanto, apenas em 1988 o Memorial é criado e seu acervo é alocado numa pequena sala de exposição em que a história desta Ialorixá é exposta por meio dos seus objetos pessoais e religiosos. Trata-se, portanto, de um espaço sem o estabelecimento do que tecnicamente nomeamos por processo museológico. São poucas as ações de salvaguarda, quase não há desenvolvimento de pesquisa e a comunicação é comprometida pela ausência de uma pessoa preparada.

## O SURGIMENTO DOS MUSEUS COMUNITÁRIOS

A sociedade contemporânea vivencia significativas transformações que influenciam diversos campos do conhecimento. Mudanças que promovem reflexões acerca de posturas tradicionais, até então consideradas rígidas, mas que necessitam passar por uma reorganização para que possam acompanhar a dinâmica atual. Em razão disso, a Museologia também não ficou distante destas transformações, o que resultou na necessidade de uma integração maior com a comunidade, estabelecendo uma relação de proximidade e de busca de um diálogo mais interativo.

Em detrimento disso, em 1972, com a realização da Mesa Redonda de Santiago do Chile, organizada pelo ICOM- International Council of Museums – iniciou-se uma discussão importante sobre os papéis dos museus na América Latina e como os mesmos necessitavam desenvolver uma reflexão acerca das mudanças sociais que estavam acontecendo. Considerando os museus espaços importantes para as sociedades, estes poderiam promover uma aproximação com as comunidades, proporcionando uma integração na construção de uma relação baseada num diálogo. Assim, a Declaração de Santiago do Chile, de 1972, ressalta a importância dos museus locais, aqueles que surgem nas pequenas comunidades, com características particulares, levando em consideração as particularidades do local onde está inserido.

Nota-se, então, que este documento trouxe a ideia de “Museu Integral”, que possibilita a comunidade construir um olhar relacionado ao meio material e cultural em que vive. Desta forma, trata-se de uma proposta de discussão conceitual que irá contribuir para proporcionar às comunidades um conhecimento do seu patrimônio cultural e natural, possibilitando uma aproximação do museu junto a este público, que, até então, está distante desses espaços culturais. Assim, ao analisar este documento, percebe-se que a criação do conceito de Museu Integral pode ser considerada um caminho frente às transformações da sociedade da época, mesmo que as autoridades, conforme o documento destaca, não reconheçam esse papel do museu e sua relação com as comunidades<sup>3</sup>.

---

<sup>3</sup>Segundo o referido documento “a importância dos museus e as possibilidades que eles oferecerem à comunidade ainda não são plenamente reconhecidas por todas as autoridades, nem por todos os sectores do público” (DECLARAÇÃO DE SANTIAGO DO CHILE, 1972, p.8)

Dentro desse contexto, marcado por transformações, os museus necessitavam passar de instituições elitizadas e centradas em intelectuais, voltadas a um determinado grupo social, para ser uma instituição cultural em que todos pudessem usufruir independente de sua condição social, além de ser também um espaço de educação acessível à comunidade na qual ele está inserido. Assim, a Nova Museologia, que tem seu marco inicial em 1972, a partir da Mesa Redonda de Santiago do Chile, procura enfatizar a importância da função social dos museus, apresentando na Declaração de Quebec, de 1984, seus princípios básicos. Este documento traz como objetivo da museologia a integração das populações e suas ações a partir, “[...] da interdisciplinaridade, de métodos contemporâneos de comunicação comuns ao conjunto da ação cultural e igualmente dos meios de gestão moderna que integram seus usuários” (PRIMO, 1999, p.1).

É importante salientar que outro aspecto da Declaração de Quebec é a importância da museologia, enquanto fator de desenvolvimento social, em que é possível, a partir das experiências museológicas desenvolvidas nos diferentes meios, proporcionar diferentes reflexões, como também à construção de ações centradas nas particularidades de cada comunidade.

Sendo assim, entende-se por Nova Museologia,

O Movimento da Nova Museologia [é] um dos momentos mais significativos da Museologia Contemporânea, por seu caráter contestador, criativo, transformador, enfim, por ser um vetor no sentido de tornar possível a execução de processos museais mais ajustados às necessidades dos cidadãos, em diferentes contextos, por meio da participação, visando ao desenvolvimento social (SANTOS, 2002, p.94).

Diante de tudo isso, o campo da museologia necessitou passar por um processo de inovação, renovando seus posicionamentos e revendo sua postura perante a sociedade, buscando trazê-la para dentro dos espaços do museu, com a implementação de ações educativas, visto que este espaço passa a ser considerado um instrumento educativo a mais para o cidadão. Com isso, a Nova Museologia reafirma a função social do museu, sendo fundamental no processo de renovação dos museus a partir do século XX.

Vale ressaltar que outro documento importante é a Declaração de Caracas. Resultado de um seminário organizado pela UNESCO, ocorrido em 1992, na

Venezuela. Esse documento abordou o tema “a missão dos Museus na América Latina hoje: novos desafios”. Os pesquisadores participantes do evento construíram um texto que teve como objetivo renovar os compromissos relativos à importância do Museu para o desenvolvimento integral da América Latina.

Quanto ao campo da cultura, segundo esta Declaração, a realidade atual apresenta-se, enquanto um momento, em que as responsabilidades para com o patrimônio cultural são transferidas pelo Estado à sociedade civil, o que é considerado um risco, pois é de responsabilidade do Estado a gestão e manutenção dos bens culturais, assim como, também, a preservação da sua integridade.

A partir das discussões neste seminário, os participantes construíram ações voltadas a atender algumas prioridades – comunicação, patrimônio, liderança, gestão e recursos humanos – todas definidas, enquanto desafios para os museus. Assim, nas considerações elaboradas os estudiosos ressaltam a ausência de interação entre os museus e a comunidade em que está inserida, como também a importância dessa instituição para o desenvolvimento local, o que necessita uma relação de diálogo entre a instituição museológica e a comunidade. Desta forma, a existência de um museu integral depende da interação entre a comunidade e o discurso museológico presente nos museus.

Com isso, é possível identificar que alguns estudiosos<sup>4</sup> recomendam uma proximidade entre a instituição museal e a comunidade, pois é necessário construir um diálogo expositivo que seja compreensível, despertando o sentimento de pertencimento, a fim de que haja uma relação de identidade como os elementos culturais ali expostos. Para tanto, novas leituras sobre o patrimônio cultural poderão ser desenvolvidas a partir do momento em que o museu construa relações de diálogos com a comunidade, permitindo uma aproximação com este público que muitas vezes não se sente representado neste espaço, seja pela linguagem utilizada, seja pela forma com que este espaço está inserido dentro da comunidade.

Entre os desafios destacados pelos pesquisadores que elaboraram a Declaração de Caracas, encontra-se um número considerável de pontos relacionados a promover

---

<sup>4</sup>Ver OLIVEIRA, José Cláudio Alves de. **O Patrimônio Total: dos Museus Comunitários aos Ecomuseus**. Disponível em <<http://www.revistamuseu.com.br/18demaio/artigos.asp?id=12673>> Acesso em 20 de dezembro de 2014; VARINE, Hugues. **O Museu Comunitário é Herético?** Jornal Quarterão, n 67, Maio/Junho, 2005. Rio de Janeiro, p. 12-15. Disponível em [www.interations-online.com](http://www.interations-online.com) – março/abril, 2005.

uma proximidade entre o Museu e a comunidade. Estes são colocados enquanto desafios para os Museus, entretanto este diálogo entre os museus e a comunidade já vem sendo destacado desde a década de 1972, com a Declaração de Santiago do Chile.

Evidencia-se, então, que a Declaração de Caracas retoma entre seus pontos de discussão a necessidade dessa aproximação entre o museu e a comunidade, destacando a importância do diálogo, da adequação da linguagem expositiva, para que o acesso aos bens culturais e a toda as atividades desenvolvidas pelos museus possam ser acessíveis a um número maior de pessoas, principalmente aqueles que estão no seu entorno.

Dentro desta perspectiva, visando aproximar os museus e a comunidade, são organizadas novas experiências de museus, que estão inseridas nesse contexto, como os ecomuseus, museus comunitários, museus de vizinhança, museu local, que representam a possibilidade de interação com as comunidades, promovendo um desenvolvimento local necessário, com a participação de todos no processo.

Em vista disso, os museus comunitários surgem enquanto espaços onde as comunidades constroem um diálogo com suas memórias, participando da sua organização, definindo o acervo, estando presente em todo o processo de sua construção, sendo os protagonistas de sua organização. Desta forma, trata-se de um envolvimento direto da comunidade em que a gestão também é definida pelo grupo local, que procura promover uma relação dinâmica entre todos os envolvidos no processo, dando voz àqueles que durante muito tempo viram os espaços museais distante da sua realidade.

É importante ressaltar que existem diferenciações entre os ecomuseus e os museus comunitários, aspecto este que José Cláudio Alves de Oliveira (2014) destaca:

[...] existem diferenciações entre o ecomuseu e o museu comunitário. O primeiro tem um envolvimento extensivo com o território e procura a preservação paisagística e histórica, com ou sem a comunidade originária. Ao contrário, o museu comunitário verifica, em primeiro plano, uma história hodierna da comunidade que ocupa o território, buscando as raízes do passado e os laços e produções culturais para a preservação do patrimônio e atividades que possam perpetuar o fazer artístico, a história cultural e as produções econômicas (OLIVEIRA, 2014, p.2).

Percebe-se, então, que é na organização da sua estrutura que estas duas experiências se distanciam, ou seja, enquanto que os ecomuseus não necessariamente necessitam da presença da comunidade originária em sua organização, estando mais centrados na relação com o território, os museus comunitários estão centrados na

comunidade local e na sua história, na participação da mesma no processo de organização de seus espaços museais, visando promover uma ampla relação de pertencimento.

Estudos realizados em museus comunitários atestam que os museus comunitários, diferentemente dos museus tradicionais que lidam com o acervo por meio de montagem de exposições, estão mais preocupados em preservar os conhecimentos tradicionais, os costumes, as histórias cotidianas, as memórias, tudo com a finalidade de preservar o que é de grande valor para uma determinada comunidade.

Pode-se considerar que as iniciativas das comunidades em criar seus museus comunitários são reflexos de ações voltadas à valorização da sua identidade, elemento importante para o grupo, pois reafirma, a partir do acervo e da proposta do lugar, o sentimento de pertença, fundamental para a comunidade. Assim, essas experiências em que o museu comunitário é participativo, permite que os diálogos aconteçam cotidianamente, envolvendo todos em torno desse espaço, sejam eles moradores, equipe pedagógica, equipe técnica (museólogos ou não), voluntários, pessoas que participam de um projeto de construção de um espaço onde as memórias, a história e o cotidiano do seu lugar serão preservados.

## A COMUNIDADE DE TERREIRO E A RELAÇÃO COM A HISTÓRIA E A MEMÓRIA COLETIVA

As religiões afro-brasileiras são consideradas expressões culturais de resistência do negro no Brasil. Surgiram a partir de reinterpretações e reelaborações de ritos religiosos, trazidos pelos africanos escravizados durante o tráfico negreiro no país, o que marcou profundamente a nossa história. Foram povos oriundos de diversas regiões da África que, com seus costumes, suas tradições e suas crenças, foram retirados de seu local de origem e trazidos em embarcações que cruzaram o oceano Atlântico, em direção às Américas.

Em detrimento dessa situação, a estes povos foram impostas as piores condições de vida durante o traslado, assim como, também, ao chegarem aos portos brasileiros. Foram comercializados como “coisas”, e levados para as várias regiões do país, em que as grandes propriedades de cana de açúcar aguardavam a chegada desta importante força de trabalho. Entretanto, é nas senzalas que, aos poucos, estas religiões foram



sendo organizadas, reunindo divindades de regiões diferentes, rituais, tradições, que gradativamente foi moldando o que ficou conhecido como candomblé.

Esta religião afro-brasileira tem a sua história marcada por lutas e conflitos resultantes de atitudes repressoras que desde a escravidão recaem sobre seus praticantes. Quando os primeiros terreiros se tornam visíveis, nas regiões urbanas em desenvolvimento, surgiu outra força repressora, além da igreja, a polícia. E novamente começam as ações para perseguir os negros que realizavam seus rituais às suas divindades. E esta luta por liberdade religiosa durou anos, até quando os terreiros conseguiram realizar seus rituais sem a ameaça constante da polícia.

É pertinente dizer que conhecer a história de cada terreiro é conhecer a história de luta e resistência que seus fundadores enfrentaram para conseguir construir seu espaço sagrado. Torna-se importante que os adeptos do candomblé compreendam a história do terreiro na qual estão inseridos, pois se trata de um elemento importante na construção de sua identidade religiosa. É preciso entender o papel daqueles que participaram de todo o processo de organização e desenvolvimento do terreiro, já que sua trajetória contribui para a construção de uma memória coletiva sobre a religião e a história desses espaços.

Vale ressaltar que no candomblé existe uma relação sagrada com o espaço que ultrapassa o terreiro, onde acontecem os rituais. Todo o território onde está o terreiro tem um significado sagrado, no qual os adeptos do candomblé realizam suas oferendas, seus rituais de renovação do axé, individual ou coletivo. Ocorre neste espaço o que Muniz Sodré (2002) chamou de “plantar o axé”, ou seja,

o axé é algo que se planta (graças a suas representações materiais) num lugar, para ser depois acumulado, desenvolvido e transmitido. Existe axé plantado nos assentamentos dos orixás, dos ancestrais e no interior de cada membro do terreiro (SODRÉ, 2002, p.97).

Portanto, as relações sagradas dentro do candomblé ocorrem nos espaços que ultrapassam o terreiro, o que torna o território como um todo um espaço marcado por significados para o povo do santo que tem neste lugar,

(...) um espaço onde se organiza uma comunidade – cujos integrantes podem ou não habitá-lo permanentemente – no qual são transferidos e recriados os conteúdos específicos que caracterizam a religião tradicional negro-africana. Nele encontram-se todas as representações materiais e simbólicas do *àiyé* e do *órún* e dos elementos que os relacionam. O *asé* impulsiona a prática litúrgica que, por sua vez, o realimenta, pondo todo o sistema em movimento (...) (SANTOS, 2008, p.37-38).



Sendo assim, pensar a preservação da memória dos terreiros de candomblé é pensar o registro e a salvaguarda de todo o seu território. Com isso, é possível olhar o terreiro dentro do conceito de ecomuseu, já que se trata de uma ação voltada para preservação da paisagem e história do lugar, com ou sem o envolvimento da comunidade, centrado no território. Entretanto, devido à importância que a comunidade religiosa tem para com o terreiro e a interação constante com o sagrado no candomblé, observa-se que a ideia de Museu Comunitário expressa os sentidos que os adeptos constroem com o candomblé, pois se trata de uma relação baseada na socialização, marcada pela presença de simbolismo sagrado em tudo que se faz, se utiliza, em tudo que compõe a religião afro-brasileira.

Nesse contexto, é necessário entender que são os museus comunitários que organizam este acervo, porque a própria comunidade é parte do processo, atuando enquanto protagonista na seleção dos objetos e organização do espaço, que deve ser entendido, segundo Hugues de Varine (2005),

[como um] processo, [onde] seu objetivo não é a instituição nem a inauguração: ele é a co-construção na comunidade e sobre seu território pelos membros da comunidade e as pessoas mais ou menos qualificadas que os ajudam, de um instrumento de desenvolvimento a partir de um patrimônio global identificado por seus detentores (VARINE, 2005, p. 8).

Desta forma, essa proposta de museu surge a partir de iniciativas de grupos que visam à valorização da memória coletiva, fortalecendo a comunidade. Trata-se de uma experiência importante por contribuir significativamente para a afirmação de identidades, já que se trata de um espaço onde as identidades são valorizadas, apresentadas, enquanto elemento de referência do grupo. O Museu Comunitário Abaça São Jorge, parte integrante do Terreiro Abaça São Jorge, é um espaço onde o seu acervo permite que as lembranças individuais dos adeptos do candomblé e até daqueles que conviveram com a Ialorixá, mesmo sem serem da religião, possam se identificar, construindo, assim, uma relação identitária, não só sobre uma importante líder religiosa, mas também sobre o desenvolvimento do candomblé em Sergipe.

Entretanto, é importante ressaltar que na contemporaneidade as identidades não podem ser consideradas enquanto “puras” ou “autênticas”. É possível perceber que a

identidade afro-religiosa está em constante transformação, reinventando-se a cada momento, sofrendo influências dos diferentes sistemas culturais. Pensar o museu comunitário, enquanto um espaço identitário, é perceber que o acervo que o constitui está em constante transformação e que não é algo que ficará estático, sem alterações. Assim, existem modificações na sua organização, podendo a gestão do espaço alterar a sua disposição de acordo com o que a comunidade achar relevante sobre a sua história. Segundo Stuart Hall (1999),

A identidade torna-se uma “celebração móvel”: formada e transformada continuamente em relação às formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam (...). O sujeito assume identidades diferentes em diferentes momentos, identidades que não são unificadas ao redor de um “eu” coerente. Dentro de nós há identidades contraditórias, empurrando em diferentes direções, de tal modo que nossas identificações estão sendo continuamente deslocadas (HALL, 1999, p. 13).

Nesse sentido, pensar as questões relativas à identidade nos Museus Comunitários é pensar um espaço dinâmico, em que o acervo será preservado por possuir uma importância para a história do terreiro. Os elementos identitários que estarão neste espaço serão organizados a partir da sua importância para o grupo, ou seja, serão elementos que estarão relacionados à memória coletiva da comunidade.

Em vista disso, museus comunitários em terreiros de Candomblé são organizados a partir de uma distribuição de objetos que possuem uma dinamicidade para o terreiro, ou seja, são elementos simbólicos que, além da referência que trazem à vida de seus fundadores, também possuem um significado para os adeptos do candomblé.

Portanto, constituem-se como espaços de memória e contribuem para referenciar a história do grupo, afirmar a identidade religiosa da comunidade, além de contribuir para o processo de aprendizagem dentro do espaço sagrado, pois estamos tratando de uma religião em que a ancestralidade é uma das suas principais características.

Já o Abacá São Jorge, seguindo uma tradição do candomblé, que tem na figura da mulher mãe de santo e senhora da Casa, apresenta no seu espaço destinado à exposição da memória o acervo pessoal e religioso de Mãe Nanã.

Erundina Nobre Santos, conhecida por Mãe Nanã, é a fundadora do Abacá São Jorge. Falecida em 1981, assumiu a liderança religiosa da casa sua sobrinha e filha de criação Marizete Silva Lessa. Mãe Marizete, Ialorixá que já possuía terreiro no Rio de

Janeiro, desde a década de 1970, e que nos últimos anos de vida de Mãe Nanã estava mais tempo em Aracaju, foi designada como herdeira do terreiro por Mãe Nanã enquanto ela estava viva. É tradição da casa que a continuidade seja decidida pela Ialorixá em conformidade com a orientação de suas divindades.

Após os rituais fúnebres e toda a preparação para a reabertura da casa, Mãe Marizete assume o terreiro e retorna definitivamente para Aracaju. Em 22 de julho de 1988, a Ialorixá, juntamente com a sua família e o apoio da então Fundação Estadual de Cultura – FUNDESC cria o Memorial Mãe Nanã<sup>5</sup>.

Para isso, o espaço foi construído como anexo ao quarto de consulta do terreiro, que fica localizado na entrada do Abaça, fazendo parte do conjunto que constitui o espaço dedicado ao culto aos orixás. Tanto a gestão como o cuidado com o acervo é feito pela família da Ialorixá, sem a presença de uma direção ou coordenação externa a casa. Funciona mediante agendamento de visita e recebe algumas turmas de alunos da Universidade Federal de Sergipe. Também é mantido aberto durante as festividades da casa, o que permite que iniciados de outros estados possam realizar visitas e, dessa forma, conhecer um pouco mais sobre a história da fundadora do terreiro.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

As reflexões acerca da proposta de construção de um Museu Comunitário no terreiro de Candomblé Abaça São Jorge nascem do estudo da história de uma mulher na fundação e manutenção desse terreiro. A análise do espaço criado pela família de Mãe Nanã com o apoio do poder público objetiva salvaguardar a memória desta Ialorixá, por ser importante senhora do axé de Sergipe.

Para tanto, durante o desenvolvimento deste trabalho foi possível verificar que o Memorial Mãe Nanã, localizado no Abaça São Jorge, é conhecido entre os iniciados do terreiro e alguns poucos professores da Universidade Federal de Sergipe, necessitando de divulgação, dada à sua importância para a história das religiões afro-brasileiras no estado. As pesquisas e leituras mostraram como esta Ialorixá é importante para a

---

<sup>5</sup> O termo memorial tem sua origem na História e é empregado na Museologia, fazendo uma relação direta a definição proposta por distintos autores. Nessa pesquisa entendemos Memorial como um local onde “a memória se enraíza no concreto, no espaço, no gesto, na imagem, no objeto” (NORA, 1993, p. 9).

história do candomblé sergipano, contribuindo significativamente, não só para o desenvolvimento do candomblé local, como também em outros estados.

A partir da análise do espaço onde está o Memorial, foi possível perceber que ele está dentro de um circuito de visitação, que poderia ser construído, colocando-o como parte deste roteiro. Além disso, a possibilidade de organizar o acervo referente à atual Ialorixá da casa, Mãe Marizete, possibilitou uma reflexão sobre a construção de uma proposta mais ampla, não fechando o trabalho apenas no Memorial Mãe Nanã, mas sim num espaço onde as Ialorixás que possam assumir este terreiro tenham seu lugar de memória.

Assim, surge à proposta do Museu Comunitário Abaça São Jorge, que vem contribuir para a implantação de um Museu, construído a partir do envolvimento da comunidade religiosa do terreiro, que, juntamente com a família consangüínea da fundadora da casa, está diretamente envolvida na organização e na concepção do Museu. Evidenciou-se, assim, que todos os envolvidos contribuem não só com o acervo, mas também com o tratamento das informações disponibilizadas em atendimento, bem como a própria organização do espaço.

Por se tratar de um espaço religioso, a visitação inicia expondo os primeiros locais onde é possível perceber a presença do sagrado, a partir de assentamentos e demais símbolos das divindades africanas. Na medida em que o visitante vai adentrando ao terreiro tem o conhecimento dos locais onde acontecem rituais públicos e naqueles onde é permitido visitar, pois as áreas mais internas do terreiro são lugares onde os visitantes não podem entrar, ficando apenas com a informação de sua existência e a explicação dos limites para a visitação.

Assim, pensar o Museu Comunitário Abaça São Jorge é olhar os espaços que fazem parte do seu roteiro de visitação como espaços que irão contribuir para proporcionar um conhecimento do axé que está naquela casa, quem são as mulheres e homens que estão por trás de toda a base religiosa ali plantada, a qual se renova a cada festa ou ritual e/ou a cada momento em que os atabaques soam.

Em detrimento disso, esta história deve ser contada dentro dos limites que o sagrado permite, para que o respeito aos ancestrais e a toda a estrutura religiosa, que é característica do candomblé, possa continuar sem interferências. Assim, levar à visitação a estes espaços sagrados permitirá que preconceitos sejam quebrados e que o

olhar sobre essas religiões possa ser construído a partir do respeito para com a diversidade religiosa, que é característica da cultura brasileira.

Por conseguinte, este trabalho buscou contribuir para os estudos sobre os Museus Comunitários, principalmente aqueles que surgem em terreiros de Candomblé, tendo em vista ser um campo onde a produção ainda é muito escassa. Assim, a partir desta pesquisa, é possível compreender o processo de organização do Museu Comunitário Abaça São Jorge, partindo de um trabalho em que o envolvimento da comunidade é fundamental, a fim de que a história das religiões afro-brasileiras possa ter um lugar onde seja possível conhecer a sua história, marcada pela diversidade e por uma constante luta contra o preconceito e a discriminação. Tudo isso para que o axé garanta seu lugar de visibilidade por meio dos Museus Comunitários.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUIAR, Janaina Couvo Teixeira Maia de **Brincadeiras de santo: uma contribuição à história dos antigos cultos afro-brasileiros em Aracaju, SE: 1920-1960**. São Cristóvão: 2008 (Monografia).

BRULON SOARES, Bruno César, SCHEINER, Tereza Cristina. **A ascensão dos museus comunitários e os patrimônios ‘comuns’: um ensaio sobre a casa**. Disponível em <http://enancib.ibict.br/index.php/enancib/xenancib/paper/viewFile/3311/2437> Acesso em 20 de fevereiro de 2015.

BRULON SOARES, Bruno César. Magia, Musealidade, Musealização: Conhecimento local e construção de sentidos no Opo Afonjá. **Revista Musear**, Ano 1, nº 1, junho 2012, p. 61-75.

DANTAS, Beatriz Góis. Nanã de Aracaju: trajetória de uma mãe plural. IN.: SILVA, Vagner Gonçalves da (org.). **Caminhos da Alma: Memória Afro-Brasileira**. São Paulo: Summus, 2002.

DUARTE, Alice. Nova Museologia: os pontapés de saída de uma abordagem ainda inovadora. **Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio –PPG-PMUS Unirio/MAST**, Vol. 6, nº 01, 2013, p. 99-117.

HALL, Stuart. **Identidade Cultural na Pós Modernidade**. Rio de Janeiro, DP&A Editora, 1999.

JOAQUIM, Maria Salete. **O papel da liderança religiosa feminina na construção da identidade negra**. Rio de Janeiro: Pallas, São Paulo: Educ, 2001.

LIMA, Vivaldo da Costa. **A família de santos nos candomblés jejes-nagôs da Bahia: um estudo de relações intragrupais**. 2ªed. Salvador: Corrupio, 2003.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**. São Paulo: PUC – SP, nº 10, 1993.

OCAMPO, Cuauhtémoc Camarena; LERSH, Teresa Morales. **O conceito de museu comunitário : história vivida ou memória para transformar a história?** Disponível em: <http://www.abremc.com.br/pdf/5.pdf> Acessado em 07 de julho de 2009.

OLIVEIRA, José Cláudio Alves de. **O Patrimônio Total: dos Museus Comunitários aos Ecomuseus.** Disponível em

<<http://www.revistamuseu.com.br/18demaio/artigos.asp?id=12673>> Acesso em 20 de dezembro de 2014.

OLIVEIRA, Agamenon Guimarães de. **Candomblé Sergipano – subsídios para a sua história.** Cadernos de Folclore Sergipano. Aracaju, nº 4, 1978.

Oliveira, Jéssica Silvestre de Lira, CAMPOS, Zuleica Dantas Pereira. **Tradição e Resistência no Terreiro Xambá: o resgate de uma herança.** Novembro de 2010. Disponível em <<http://www.unicap.br/coloquiodehistoria/wp-content/uploads/2013/11/4Colp.692.pdf>> Acesso em 20 de fevereiro de 2015.

PRIMO, Judite Santos. Pensar Contemporaneamente a Museologia. **Cadernos de Sociomuseologia**, nº 16, 1999, p. 5 - 34.

SANTOS, Maria Célia Teixeira Moura. Reflexões Sobre a Nova Museologia. **Cadernos de Sociomuseologia**, nº 18, 2002, p. 93 - 138.

SODRÉ, Muniz. **O Terreiro e a Cidade - a Forma Social Negro-Brasileira.** Rio de Janeiro: Imago Ed.; Salvador: Fundação Cultural do Estado da Bahia, 2002.

SANTOS, Juana Elbein dos. **Os Nagô e a Morte.** 13ª ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

SILVA, Vagner Gonçalves da. **Orixás da Metrópole.** Petrópolis: Vozes, 1995.

VARINE, Hugues. **O Museu Comunitário é Herético?** Jornal Quarterão, nº 67, Maio/Junho, 2005, Rio de Janeiro, p. 12 – 15. Disponível em [www.interations-online.com](http://www.interations-online.com) – março/abril, 2005.

VERGER, Pierre. **Artigos.** São Paulo: Corrupio, 1992.

Documentos

DECLARAÇÃO DE SANTIAGO DO CHILE, 1972. UNESCO. Disponível em <<http://www.minom-portugal.org/documentos-de-referencia/6-declaracao-de-santiago-do-chile-unescoicom.html>> Acesso em 10 de janeiro de 2015

DECLARAÇÃO DE QUEBEC, 1984. UNESCO. Disponível em <<http://www.minom-portugal.org/documentos-de-referencia/8-declaracao-do-quebec.html>> Acesso em 10 de janeiro de 2015

DECLARAÇÃO DE CARACAS, 1992. UNESCO. Disponível em <<http://www.minom-portugal.org/documentos-de-referencia/7-declaracao-de-caracas-icom.html>> Acesso em 10 de janeiro de 2015